

Cardim, da UFRJ, considera central a regulamentação do sistema financeiro

Evando Peixoto e Jair Rosa

Economista especializado em sistema financeiro fala na 13ª Conferência

O debate sobre o Sistema Financeiro Nacional, ocorrido na manhã deste sábado 30 na 13ª Conferência Nacional dos Bancários, contou com a participação de Fernando Cardim, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O economista situou as funções dos bancos e apontou o que considera importante em termos de reformas para o setor bancário brasileiro, mas deixou claro que o debate deve passar pela "regulação financeira" em âmbito mundial.

Para tratar de regulação bancária, segundo Cardim, é necessário ter em conta as chamadas regras de Basiléia, que já se desdobraram em acordo Basiléia III, e é fundamental intervir nas discussões do G 20, onde o Brasil precisa ter atuação mais efetiva e enfática. "É preciso discutir a área, todo o sistema", diz ele.

Juros altos sem riscos

As proposições do palestrante para reformas no sistema bancário brasileiro incluem aumentar a pressão competitiva no segmento e fazer com que os bancos se tornem "mais sensíveis às demandas da população". O aumento de competitividade, a seu ver, passa pela utilização dos bancos públicos, a exemplo do que se deu a partir da crise de 2008, e pelo estímulo ao mercado de capitais.

A ideia é estimular o mercado de capitais em competição com os bancos, "em paralelo ao sistema financeiro, e não sob as asas do sistema financeiro".

Fernando Cardim considera que os bancos brasileiros operam com juros muito altos em comparação com os riscos. Ele lembrou dois grandes filões em que o risco não existe, é zero: crédito consignado e operações com títulos do Tesouro.

Universalização dos serviços bancários

Os debates que se seguiram à explanação do professor realçaram

outras preocupações dos trabalhadores bancários, entre as quais a prevalência da função estritamente comercial sobre a indução do desenvolvimento econômico e social do país. O diretor de Organização da Contraf-CUT, Miguel Pereira, enfatizou a necessidade do controle público sobre todo o sistema e da transformação das instituições financeiras controladas pelo Estado em banco efetivamente públicos, e não meramente estatais. Para o dirigente, essas medidas passam pela ampliação do Conselho Monetário Nacional com a inclusão de representantes dos trabalhadores e de outros segmentos da sociedade.

Já o presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro, lembrou em sua intervenção que banco é concessão pública e que todo cidadão tem direito a conta bancária. "Queremos a universalização dos serviços bancários", frisou.

Cordeiro condenou a transferência de renda dos cidadãos para os banqueiros por meio da taxa Selic, "uma verdadeira transfusão de sangue".

Para o professor Fernando Cardim, a inclusão bancária como tem sido impulsionada no Brasil, por meio dos correspondentes bancários, atende apenas à estratégia dos bancos. "Mas se trata de um direito fundamental do cidadão, que precisa ser assegurado de forma adequada".